

Luta pela terra em Mirandópolis (SP): trajetória do Acampamento Nova Esperança

Marco Aurélio da Silva Arlindo

Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas-MS. Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação UFMS/CPTL (2015). Atualmente é doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL)

E-mail: m.marcoaurelio@gmail.com

Rosemeire Aparecida de Almeida

Departamento de Ciências Humanas/Geografia - UFMS/Campus de Três Lagoas

E-mail: raaalm@gmail.com

Resumo

A ocupação de terras no Brasil, tem sido um importante instrumento no processo de luta pela terra, pela reforma agrária e formação dos assentamentos, logo possibilitando ao campesinato se apropriar de uma fração do território capitalista. Nesse sentido, reconhecendo a ocupação por terras como estratégia fundamental para a formação dos Projetos de Assentamentos e, conseqüentemente a recriação do campesinato, o trabalho tem como objetivo analisar a formação do Acampamento Nova Esperança, este, espaço de luta fundamental na formação do Assentamento Primavera II, situado no município de Mirandópolis (SP). Em específico, analisamos a trajetória e memórias do assentados, assim enfatizando as dificuldades vivenciadas sob a lona preta. Teoricamente, o trabalho pauta-se em autores que se debruçam ao estudar a questão agrária ainda não resolvida no Brasil, e o campesinato como classe que nasce e se reproduz a partir das contradições do desenvolvimento capitalista. Além da análise bibliográfica, utilizamos como caminho metodológico a pesquisa de campo, tendo como principal instrumento as entrevistas.

Palavras-chave: Luta pela terra; Acampamento; Campesinato, Ocupação.

Struggle for land in Mirandópolis, State of São Paulo: trajectory of Camp Nova Esperança

Abstract

The land occupation in Brazil has been an important instrument on the process of the struggle for landagrarian reform and of rural settlements, therefore enabling the peasantry to appropriate from a fraction of the capitalist territory. In this way, recognizing the land occupation as a fundamental strategy to the formation of the Rural Settlements Projects and consequently to the recreation of the peasantry, this paper aims to analy the formation of the *Nova Esperança Camp*, a space of important struggle on the formation of the *Assentamento Primavera II*, located on the municipality of *Mirandópolis* State of São Paulo. Specifically, we analyzed the trajectory and memories of the rural settlement members, highlighting the difficulties experimented under the black canvas. Theoretically, this work is based on authors that have been dedicating to study the agrarian theme that is still not resolved in Brazil, and the peasantry as a social class that raises and reproduces itself from the contradictions on the capitalist development. Beyond the bibliographical analysis, we used as methodological approach the fieldworks, having as main instrument the interviews.

Keywords: Struggle for land; Camp; Peasantry, Occupation.

Lucha por la tierra en Mirandópolis (SP): trayectoria del Campamento Nueva Esperanza

Resumen

La ocupación de tierras en Brasil, ha sido un importante instrumento en el proceso de lucha por la tierra, por la reforma agraria y por la formación de los asentamientos, posibilitando el campesinado a apropiarse de una fracción del territorio capitalista. Así, reconociendo la ocupación por tierras como una estrategia fundamental para la formación de los Proyectos de Asentamientos y, consecuentemente la recreación del campesinado, el trabajo tiene como objetivo analizar la formación del *Acampamento Nova Esperança*, ese, un espacio de lucha fundamental en la formación del *Assentamento Primavera II*, ubicado en el municipio de *Mirandópolis (SP)*. Específicamente, analizamos la trayectoria y memorias de los asentados, enfatizando las dificultades vividas abajo de la lona negra. Teóricamente, el trabajo se pauta en autores que se han dedicado a estudiar el tema agrario aun no resuelto en Brasil, y el campesinado como clase que nace y se reproduce a partir de las contradicciones del desarrollo capitalista. Además de la análisis bibliográfica, utilizamos como metodología la investigación de campo, teniendo como principal instrumento las entrevistas.

Palabras-Clave: Lucha por la tierra; Campamento; Campesinado, Ocupación.

Introdução

No Brasil, a ocupação de terras é um importante instrumento no processo de luta pela terra e pela reforma agrária. Por meio dessa ação, os movimentos sociais, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pressionam o Estado a desapropriar áreas consideradas improdutivas. Atualmente, outra ação importante tem sido denunciar as desigualdades sociais geradas pelas cercas do latifúndio. Dessa forma, os movimentos sociais fazem emergir as apropriações ilegais dos grandes latifúndios, questionando a gênese do cercamento das terras.

Compreendemos, de acordo com Fernandes (1999, p. 270), que a “[...] ocupação é um processo sócio espacial e político complexo que precisa ser entendido como forma de luta popular de resistência do campesinato, para sua recriação e criação”. Desse modo, a ocupação, como acesso à terra, tem levado parcela significativa do campesinato a territorializar-se. Portanto, a ocupação, como forma de luta popular e de resistência, tem possibilitado a (re)criação do campesinato brasileiro; ocorrendo, contraditoriamente, no cerne da expansão e do desenvolvimento do capitalismo. Assim, entendendo o campesinato como classe e modo de vida que nasce nas contradições do capital, se faz fundamental as explicações de Oliveira (2005, p. 80-81):

[...] o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo o canto e lugar destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele (o capital) cria, recria o trabalho familiar camponês para que a produção do capital seja possível e, com ela, a acumulação possa aumentar. Assim, esse processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo no campo gera ao mesmo

tempo a expansão do trabalho assalariado nas grandes e médias propriedades e o trabalho familiar camponês nas pequenas propriedades ou estabelecimentos.

A reprodução ampliada do capitalismo só é possível porque o sistema capitalista, em seu desenvolvimento, utiliza-se de relações tipicamente capitalistas (assalariamento) articuladas com relações não-capitalistas de produção (trabalho familiar-camponês), assim, seu desenvolvimento é contraditório, desigual e combinado (OLIVEIRA, 2005). Dessa maneira, o desenvolvimento do capital tem criado possibilidades da reprodução e produção do campesinato.

Nessa mesma corrente teórica, Almeida (2006) enfatiza a importância de considerarmos, no processo de recriação do campesinato, a luta histórica dos camponeses para entrar na terra, e nela permanecer. A autora destaca a luta pela terra como condição fundamental para a recriação e territorialização do campesinato. Portanto:

[...] a (re)criação do campesinato como uma relação não-capitalista é parte contraditória do modo de produção capitalista, situação que, por sua vez, ao permitir a acumulação do capital, também contém sua negação, seja na luta contra a transferência de renda seja na luta pela *terra de trabalho*. Em suma, podemos dizer que o campesinato contraditoriamente é recriado pelo próprio processo de desenvolvimento do capitalismo, e que essa contradição se expressa no fato de que a unidade de produção camponesa representa uma relação não tipicamente capitalista, no entanto, é preciso não esquecer que essa recriação não é funcionalista, por isso ela se faz por meio da luta (ALMEIDA, 2006, p. 86).

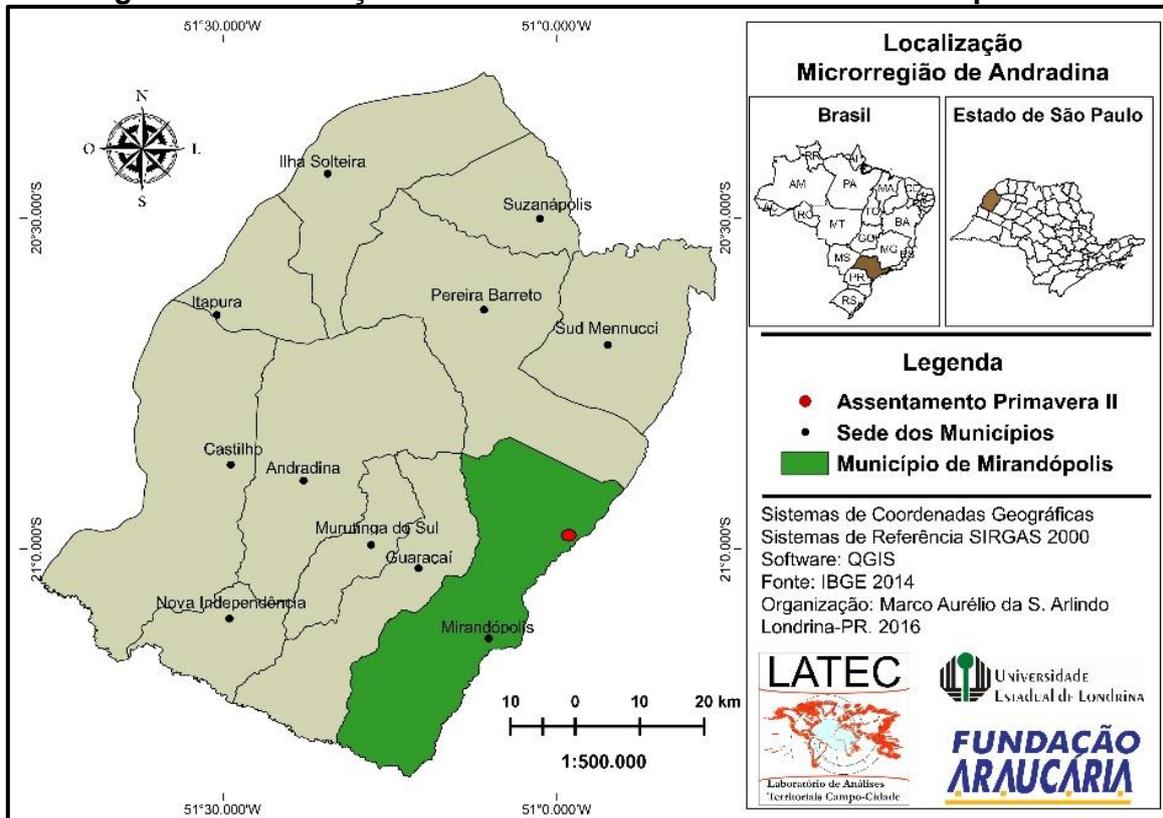
De acordo com Almeida (2006) é insuficiente analisar a reprodução do campesinato somente pelo processo contraditório e desigual do desenvolvimento do capitalismo, deixando suas lutas, conquistas, sonhos e utopias às margens, pois o processo não é mecânico.

À luz dessa perspectiva teórica que entende a luta pela terra, em consonância com as ocupações dos latifúndios, como estratégia fundamental para a formação dos Projetos de Assentamentos e, conseqüentemente a criação e recriação do campesinato, a pesquisa visa analisar por meio das entrevistas os caminhos e descaminhos do Acampamento Nova Esperança, como espaço de luta e resistência que resultou na formação do Assentamento Primavera II, situado no município de Mirandópolis, Estado de São Paulo (Figura 1). Para isso, analisamos em específico a trajetória e memórias do assentados, enfatizando as dificuldades vivenciadas sob a lona preta.

O Assentamento Primavera II é composto por 105 famílias. Cada lote tem, em média, 12 hectares. O assentamento possui área de 1.767,068 hectares, incluindo lotes, reservas, estradas vicinais, Área de Preservação Permanente (APP) e as sedes. As famílias camponesas ficaram acampadas por 4 anos e 3 meses, no período de abril de 2003 a julho de 2007. Os 105 lotes do assentamento situam-se às margens do córrego Água Fria, afluente do Rio Tietê, a uma distância da cidade de Mirandópolis de, aproximadamente, 28

quilômetros, sendo 18 quilômetros de estrada de chão batido, em más condições, sobretudo nas épocas de chuvas.

Figura 1 – Localização: Assentamento Primavera II em Mirandópolis-SP



Fonte: IBGE, 2017

Entendemos que, para compreender, de fato, a luta pela terra via ocupação e formação do acampamento, o trabalho de campo torna-se indispensável para a pesquisa. Assim sendo, acreditamos ser fundamental ouvir os protagonistas desse processo, pois, como nos ensina Almeida (2006, p. 41),

[...] é na fala, isto é, no processo de revisitar sua memória, que o entrevistado, muitas vezes, se descobre como sujeito da história, interpreta os encontros e desencontros que a vida apresenta nos seus múltiplos aspectos, nos espaços de luta constituídos pelo desejo da terra.

Nesse sentido, utilizamos, como principal caminho metodológico, as fontes orais, para apreender, por meio das entrevistas transcritas o processo de luta pela terra. Optamos pelas fontes orais, por compreendermos os camponeses acampados e assentados como sujeitos protagonistas de suas histórias.

As fontes orais revelam histórias específicas, descortinando, por meio das narrativas, os caminhos e descaminhos da luta pelo acesso à terra de trabalho e morada da vida; por isso, as entrevistas são carregadas de significados e permeadas pelas conquistas e perdas. Segundo Borges (2004, p. 42), as “[...] lutas, as esperanças, as decepções e as alegrias, ao

terem sido (e serem) vivenciadas pelos camponeses, serviram (e servem) como um elemento de unidade e um referencial de luta para a história da comunidade envolvida”.

Adotando as fontes orais como caminho metodológico, o trabalho de campo foi realizado nos meses de janeiro e fevereiro de 2014, e, janeiro de 2015. Na pesquisa, 48 sítios do Assentamento Primavera II foram visitados. A partir do tema *luta pela terra e para nela permanecer*, coletamos aleatoriamente, 25 entrevistas semiestruturadas, sendo todas transcritas. Dessa maneira, entendemos que o trabalho de campo constituiu-se instrumento importante para a produção do conhecimento geográfico.

A pesquisa também contou, em seu desenvolvimento, com constituição de dados secundários junto à secretaria do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Andradina (SP), e em sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Ocupação do latifúndio Fazenda Primavera

Em 2001 e 2002, realizaram-se, nas Microrregiões Geográficas¹ de Andradina e Araçatuba, várias vistorias² por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em convênio com a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), em 160 fazendas. Dessas 160 áreas vistoriadas, 50 foram consideradas improdutivas e declaradas de interesse social para fins de reforma agrária. Dentre as fazendas declaradas improdutivas, estavam as fazendas Primavera, São Lucas e Retiro, situadas parcialmente nos municípios de Mirandópolis e Lavínia, Estado de São Paulo, sendo ambas transformadas em assentamentos após vários anos luta pela terra de baixo da lona preta.

As fazendas Primavera e São Lucas pertenciam à família do Coronel Joaquim Franco de Mello. O Coronel Joaquim Franco de Mello (fundador da cidade de Lavínia, Estado de São Paulo) se apropriou, na década de 1930, de uma grande gleba de terras devolutas, localizadas parcialmente nos municípios de Mirandópolis e Lavínia. Mesmo depois de lotear cerca de oito mil alqueires, a família Franco de Mello possui fazendas no município de Lavínia. Entretanto, algumas propriedades são motivos de reivindicação por parte do MST, pois foram consideradas, em 2001 e 2002, improdutivas. De acordo com um assentado: *“A fazenda [Primavera] era tudo arrendada pra boi, produzia nada. [...] Descobriram que eram improdutiva e montaram o acampamento”* (Assentado A., fev. de 2014).

¹ A Microrregião Geográfica de Andradina e a Microrregião Geográfica de Araçatuba formam juntas a Mesorregião Geográfica de Araçatuba, Estado de São Paulo.

² É importante lembrar que as vistorias só foram realizadas por causa da pressão do MST contra o Estado.

Além da improdutividade evidenciada na vistoria, outra característica marca a Fazenda Primavera: sua suposta ilegalidade em relação à apropriação das terras. Esse ato, denominado de “grilo”, é confirmado em diversas entrevistas, tais como:

Quando nós entramos aqui, o pessoal contava [...]. Eles falou que essas terras aqui, era tudo terra que tinha pequenos posseiros, e eles foram tomando. [...] A gente sabe que o fazendeiro não ia conseguir tanta terra assim. [...] as terras deles vai de lá do fundo de Lavínia, até na beira do Rio Tietê. (Assentado R., 20 jan. de 2014).

Por conta das irregularidades, o MST organizou, na região de Araçatuba (SP), várias ocupações nas fazendas consideradas improdutivas, pressionando o Estado a realizar a desapropriação das fazendas que não cumpriam sua função social³. Nesse contexto, no dia 14 de abril, o *Abril Vermelho*⁴, de 2003, ocorreu a ocupação da Fazenda Primavera, dando origem ao Acampamento Nova Esperança (Figura 2).

Figura 2 – Acampamento Nova Esperança



Fonte: SILVA, S. R. 2004. – Assentado

³ O Art. 186, Capítulo III, da Constituição Federal de 1988 estabelece: A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; e, IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

⁴ O *Abril Vermelho* iniciou-se com a mobilização do movimento “Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária”, em 1997, lembrando os assassinados no Massacre de Eldorado de Carajás, durante operação da Polícia Militar, no município de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996. O dia 17 de abril, data do massacre.

No início da ocupação⁵, organizada pelo MST, estavam 46 famílias. Em pouco tempo, o Acampamento Nova Esperança contava com 86 famílias. As primeiras famílias (46) acampadas vieram do município de Guaraçai (SP); pouco tempo depois, chegaram várias famílias da Primeira, Segunda e, principalmente, da Terceira Aliança⁶, bairros rurais do município de Mirandópolis (SP). Logo, o acampamento Nova Esperança recebeu famílias de outros bairros do município, assim como de outras cidades da região.

Acampamento Nova Esperança: trajetória de luta dos trabalhadores Sem Terra

Entendemos o acampamento como espaço importante no processo de luta pela terra. Para Fernandes (1999, p. 282), os acampamentos são resultado de ocupações, tornando-se espaços de luta e resistência, fundamentais para o processo de territorialização camponesa; são, ainda, espaços e tempos de transição que transformam a realidade dos sujeitos envolvidos na luta. Nas palavras do autor, os:

[...] acampamentos são espaços e tempos de transição na luta pela terra. São, por conseguinte, realidades em transformação. São uma forma de materialização da organização dos sem-terra e trazem em si, os principais elementos organizacionais do movimento. Predominantemente, são resultados de ocupações. São, portanto, espaços de lutas e de resistência. (FERNANDES, 1999, p.282).

Portanto, a *luta pela terra de vida e trabalho*, no Brasil, principalmente a partir da década de 1980, com o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), permitiu que um número significativo de trabalhadores, do campo e da cidade, tivesse acesso à terra. Segundo consta no site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)⁷ foram assentadas, pelo Programa Nacional de Reforma Agrária, até o ano de 2016, 1.346.798 famílias, distribuídas em uma área de 88.819.725 hectares. Ainda de acordo com o INCRA, destas 977.039 famílias vivem, atualmente, em assentamentos e áreas reformadas. Assim sendo, entendemos que a luta pela terra, por meio das ocupações e formações dos acampamentos tem levado à (re)criação do campesinato, e conseqüentemente sua territorialização.

⁵ “Ao usar o termo ocupação, o MST se refere ao direito constitucional de todo cidadão brasileiro de ter acesso à terra, conforme o Estatuto da Terra (lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964), que, em seu artigo 2º, assegura “a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social” (Brasil, 1964)” (ROSA, 2012, p. 513)

⁶ Vale destacar que o Assentamento Primavera II está situado no bairro rural Terceira Aliança, com distância de 10 km entre a sede do Assentamento e o distrito Terceira Aliança. Isso explica o grande número de famílias da Terceira Aliança no Assentamento Primavera II.

⁷ Disponível em: < <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acessado no dia 02/04/2017.

O processo de (re)criação do campesinato pode ser confirmado a partir das falas dos assentados, no ato de relembrar suas experiências e trajetórias de vida, antes e no acampamento. Ao analisarmos esses relatos, entendemos o acesso à terra como objetivo primordial, mesmo que, para isso, tenham que viver em condições precárias.

Eu era trabalhador urbano, na cidade de Guaraçai (SP), depois eu andei pro mundo, conquistei a profissão de soldador, trabalhei de metalúrgico muito tempo, e as coisas foi complicando, por causa da crise que o país atravessou. E depois da crise, que melhorou um pouco, a gente ficou pra trás, porque não tinha estudo. As metalúrgica foi se modernizando, ai eu não acompanhei. [...] Depois fui trabalhar de boia-fria, entrei no corte da cana, trabalhei de serviço rural bastante tempo. E saiu o acampamento aqui, ai eu falei: quer saber, eu não tenho rumo, vou arriscar lá, por que se eu fica na cidade, vou ter que roubar. Aí eu vim, e foi duro adaptar em um barraco de lona. (J. Assentado, jan. de 2014).

O relato anterior nos faz pensar no processo de exclusão e expropriação gerado pela expansão do capital, denunciando essa realidade de não ter opção na cidade, sujeitando-se a ir para baixo da lona preta, vivendo situações precárias. Sobre esse processo de expropriação e exploração que afeta os trabalhadores Sem-Terra, Fernandes (1999, p. 269) ressaltou:

Em seu desenvolvimento desigual, o modo capitalista de produção gera inevitavelmente a expropriação e a exploração. Os expropriados utilizam-se da ocupação da terra como forma de reproduzirem o trabalho familiar. Assim, na resistência contra o processo de exclusão, os trabalhadores criam uma forma política - para se ressocializarem, lutando pela terra e contra o assalariamento - que é a ocupação da terra. Portanto, a luta pela terra é uma luta constante contra o capital. É a luta contra a expropriação e contra a exploração. E a ocupação é uma ação que os trabalhadores sem-terra desenvolvem, lutando contra a exclusão causada pelos capitalistas e ou pelos proprietários de terra.

A exploração e a expropriação têm levado os trabalhadores, do campo e da cidade, a ocupar terras improdutivas e griladas como meio de obter acesso. Em muitos casos, as famílias vão para o acampamento porque sonham com uma vida melhor, e veem na terra essa possibilidade. Esse é o caso do Sr. J. que, sem trabalhar, por motivos de saúde, vê, no acampamento, a possibilidade do acesso à terra.

Eu trabalhava na Usina, 12 anos antes de vim pra cá. Eu machuquei a coluna e fiquei 2 dois anos e 3 meses encostados. Eu aposentei pela usina. Ficamos dois anos no acampamento, meio sofrido de luta, foi lutado chegar aqui. Ou enfrenta pra você ficar, ou larga. Naquele barraquinho, se pega tempo de chuva, no tempo do calor você só no barraquinho de plástico. Só que eu não arrependi não, graças a Deus estou contente. (J., Assentado, jan. de 2014).

Há casos semelhantes ao do Sr. J., situações em que, mesmo aposentado, o sujeito busca na terra uma mudança de vida. O relato a seguir nos revela o sonho de sair da cidade grande e viver novamente no interior e, ainda, o desejo de retornar ao modo de vida em que

a terra, a família e trabalho são elementos centrais. Essa possibilidade passa pela luta, pela ocupação, o acampamento e a resistência.

Eu trabalhei 11 anos e meio na Mercedes, e 16 anos de segurança na Estrela Azul, hoje ela é falida. A gente já veio de roça, eu sou de Cardoso (SP) [...], e eu fui pra Campinas com a média de 10 anos, e eu sempre tive em mente de que Deus me ajudasse, que se conseguisse esse lado de trabalhar, de aposentar, eu gostaria de voltar pra trás. O meu sonho era voltar pra Cardoso, mas como eu casei em 1985 com ela, e o pai dela aposentou e em 1990 veio pra cá, por que já tinha bastante parente deles, na cidade de Andradina. Ai eu resolvi vim pra cá também. Ela falo que queria ficar perto do pai e da mãe. E vamos entra em acampamento, que é uma forma, porque pra mim comprar eu não teria condição. Então seria uma forma de adquirir um pedaço de terra do governo com maior facilidade. Maior facilidade no dizer né, porque é muito custoso. (L., Assentado, jan. 2015).

“A gente já veio de roça [...]” Essa é uma fala comum entre os assentados entrevistados. Das 48 famílias entrevistadas, todas afirmaram ter relação com a terra, ou seja, em todos os casos, os pais são ou foram “da roça”.

Nós morava em Mirandópolis (SP). Nós era do sítio, desde de pequeno nós morava no sítio. Aí nós veio pra cidade, acaba negócio de sítio, modo da cana, foi acabando negócio de sítio, aí nós teve que vim morar na cidade. Eu fui criado no roça, nós trabalhava por mês, fazia tudo também. Tinha o patrão que plantava a roça e a gente ia trabalhando. A gente ficou acampado 5 anos em Lavínia, aí depois nós veio pra cá. (C., Assentada fev. 2014).

Nessa fala, também fica nítido o processo de exploração e expropriação gerado pelo desenvolvimento do capitalismo no campo, sendo representado, no caso de Mirandópolis, pela expansão da agroindústria canavieira. Nessa perspectiva, é importante destacar a percepção de Dona C. em relação à sua ida para a cidade, em consequência da expansão da monocultura da cana.

Outra questão importante, na trajetória dos trabalhadores Sem Terra, é que muitos passaram por mais de um acampamento, evidenciando os caminhos e descaminhos da luta pela terra, na qual muitas famílias ficam no meio da estrada, por inúmeros motivos:

Junho nós entro no acampamento, junho de 1996. E aí ficamos lutando, vai numa área não dava certo, e depois a coordenação tirava a gente e levava para outro. Nós ficamos na Santa Helena e Santa Luzia de Guaraçaí, ficamos mais de uma ano lá. Aí a terra não sai, fomos pra Itapura, ficamos um bom tempo em Itapura. Itapura também não deu certo. Naquela época era bem mais difícil, jagunço ficava de um lado e a gente de outro lado. Se passava eles matavam. Em Itapura, a coordenação tirou de novo. Vamos ter que ir pra Entre Rios. A fizemos a ocupação em Entre Rios. A polícia tirou, e nós ficamos na estrada. Ficamos lá um bom tempo, e aí o pessoal resolveu ir pra Inhumas. Muito longe, e a gente acabou desistindo, viemos embora pra casa; Nós desistimos, ficamos um ano e meio fora do movimento, em Guaraçaí. Aí falaram que ia sair a Dois Irmãos em Murutinga. O R. [marido] doido por causa da terra, ai eu falei: foi muito sofrimento. Ele respondeu: vamos de novo, vamos tentar. (S., Assentada, fev. de 2014).

No relato, notamos a luta e resistência das famílias em busca por um pedaço de chão para plantar e viver. Nesse processo de luta pela terra, passaram-se, aproximadamente, 10 anos à beira da estrada, embaixo da lona preta. Essa odisséia pela terra, que é também morada da vida, é uma peculiaridade do processo de luta pela terra no Brasil, e do campesinato. Para Almeida (2003), o campesinato brasileiro possui peculiaridades distintas do campesinato europeu; é um campesinato migrante, desenraizado, e sua formação está marcada pela “mobilidade espacial”.

A fala, a seguir ilustram muito bem essa mobilidade espacial do campesinato brasileiro.

Eu sou natural de Pernambuco. Meus pais sempre foi agricultor. Só que lá é pior que aqui. Com 10 anos eu vim pra São Paulo, em 1960. Fiquei em São Paulo um bom tempo, depois voltei de novo, aí conheci a C. [esposa], casemo em 2002. Conheci Mirandópolis. Vim pra Terceira Aliança, comecei a trabalhar com o japonês. Trabalhei de pedreiro sete anos em Mirandópolis (SP). Aí vim trabalhar na roça do japonês, trabalhei de meeiro com ele. Tocava roça, pepino, abóbora, jiló, manga, e aí saiu o acampamento, daí 3 dias a gente veio em 8 famílias, 8 parente. Montamo o barraco e ficamos 3 anos de baixo da lona preta. (S., Assentado, fev. 2014).

A fala descreve a trajetória migrante dos trabalhadores em busca da terra, objetivando a reprodução social com melhores condições. Entretanto, em muitas dessas trajetórias, os camponeses ficam longe da terra, ou seja, eles são forçados a migrar para a cidade, sujeitando-se, muitas vezes, ao trabalho assalariado. Sendo assim: “Ao longo de sua carreira migratória, o campesinato dissolve a dicotomia rural-urbano, unificando, em sua experiência de vida, as experiências da cidade e do campo” (WOORTMANN, 2009, p. 217).

Ao se verem forçados a migrar para a cidade, os camponeses, muitas vezes, negam a condição de camponês, sujeitando-se ao trabalho assalariado, entretanto, essa é uma estratégia de reprodução. Esse processo de assalariamento: “[...] se converte em estratégias de resistências, *um negar-se para continuar sendo aquilo que nunca deixaram de ser*”, camponeses. (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p.21). Na primeira possibilidade de retorno à terra, o camponês se coloca em movimento de retorno.

Compreendemos a migração como estratégia de resistência, importante na reprodução do campesinato brasileiro. Segundo Schreiner (2009, p. 94), a migração é uma estratégia social, cujo objetivo se concentra na reprodução das unidades familiares e de seus modos de vida. Para Woortmann (2009, p. 217):

A migração de camponeses não é apenas consequência da inviabilização de suas condições de existência, mas é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução. Migrar, de fato, pode ser condição para a permanência camponesa.

Concordamos com Woortmanm (2009) e Schreiner (2009), quando analisam a migração como estratégia social, já que migrar pode ser condição de permanência camponesa. Para Silva e Menezes (2006), a migração é um processo social, sendo os migrantes sujeitos contraditórios desse processo de permanência da condição de camponês. A contradição é uma forma de resistência para se manter camponês. Os camponeses:

São sujeitos sociais que, apesar das forças desagregadoras, desenraizadoras do latifúndio e do agronegócio, constroem em seu cotidiano e em suas trajetórias de vida múltiplas estratégias de resistência de modo a garantir a sobrevivência e dignidade de suas famílias (SILVA & MENEZES, 2006, p.9-10).

Portanto, ocupar e acampar é, para muitos, a possibilidade de retornar a suas origens, de mudar de vida. Esse desejo está explícito nos relatos de suas trajetórias e experiências de vida. Todos partilhavam da utopia do pedaço de terra para plantar, viver e morar e, principalmente, para deixar a condição de empregado, de ser explorado pelos patrões.

Deixar de trabalhar para os outros, deixar de ser meeiro, trabalha para gente mesmo. Tinha vez da gente tocar um roça e não sobrar nenhum centavos. Os donos era eles né? Dava um revolta de não sobrar nenhum centavos. Os que mais trabalhavam eram o que menos ganhavam. (F., Assentada, 20 de janeiro de 2014).

Segundo outro assentado:

Muitos vão naquela esperança de deixar o trabalho, o trabalho escravo para os outros, porque a maior parte desse pessoal aqui trabalhavam de empregado, tinha as casas, eles tinham a casas deles, mas não passavam daquilo. Hoje a maior parte tem sua casa, tem seu carro bom na garagem, porquê? Trabalhando. São pessoas que veio num sonho de querer um pedaço de terra para poder trabalhar. Muito desse povo aqui era quase um escravo do japonês. Enquanto na cidade a gente ganhava R\$10,00, os boias frias estavam ganhando R\$5,00. (S., assentada, 20 de janeiro de 2014).

Inúmeras são as situações e condições que levam os trabalhadores, que lutam pela terra, a viver vários anos em condições precárias, debaixo da lona preta. No entanto, a vida no acampamento sinaliza uma situação de penúria, de sujeição às intempéries do nosso clima tropical (chuvas, calor extremo, frio, entre outras). Nas palavras do Seu J.:

As condições são todas precárias, não tinha banheiro, é tudo precário, tudo difícil. Difícil para tomar banho, para comer, difícil para dormir. Tudo complicado. Não tem mordomia, cama boa pra dormir, não tem chuveiro para tomar banho, tem que improvisar. Não pode comer carne por que não tem geladeira, e nem podia comprar também, por causa da situação, da condição. Era difícil. (J.; assentado, 21 de janeiro de 2014).

Alguns desistem, ficam pelo caminho, perdem tudo, porém, outros continuam vivendo anos nessas condições, sonhando com dias melhores, com a terra. Para Fernandes (2012, p

.23), “Estar no acampamento é resultado de decisões difíceis tomadas com base nos desejos e interesses de quem quer transformar a realidade. Todavia, decidir pelo acampamento é optar pela luta e resistência”. As falas a seguir expressam muito bem o sofrimento que é o viver no acampamento.

O período de acampamento é sofrido. É o mais difícil, da vontade de desistir, ir embora, muitas lágrimas. Por que até você conseguir a terra, você perde muito, você para de viver. Ou você ganha a terra ou vai viver na cidade. Não dá pra fazer os dois. Então quando fala 6 anos, 10 anos de acampamento, é 10 anos de sofrimento. Por mim eu teria desistido, por que geralmente um é mais fraco, no meu caso era eu. Por que você vê assim uma luzinha no fim do túnel. É difícil, é complicado. Você tem quase tudo na cidade, de repente você se vê aqui, de baixo de uma lona, bebendo água quente. O povo passa, solta aquela poeira na sua cara. Quando vem pra beira da estrada ninguém dá trabalho, não tem valor nenhum. Você fica sem endereço, nem crédito, porque quando você fala: sou do Sem Terra ninguém te dá crédito. Por que não tem como comprovar renda. É difícil. (E., assentada, 21 de jan. de 2014).

Além das condições de extrema miséria, os acampados também sofrem com o preconceito da sociedade e com o descaso do poder público. Ao recordar do período do acampamento, todos os entrevistados mencionam o preconceito sofrido. Por meio da fala a seguir, é possível entender o preconceito sofrido pelos acampados:

[...] a gente sofremo muito com isso, ficamo um mês sem água, tivemos que buscar água no córrego. O pessoal passava e chamava a gente de vagabundo. Passavam igual doido, não sei se era medo [...], com medo da gente segurar. As pessoas acham que os acampados são um bando de pessoas que quer pegar a terra. As pessoas estão ali, é diferente, tá ali na luta pela terra, e a gente não vem querer assaltar ninguém. Esse não é o objetivo da gente. O objetivo da gente é a terra para produzir. Mesmo porque, a maior parte das pessoas, já vieram de tradição ali na roça, tava trabalhando de empregado. (S., Assentada, jan. 2014).

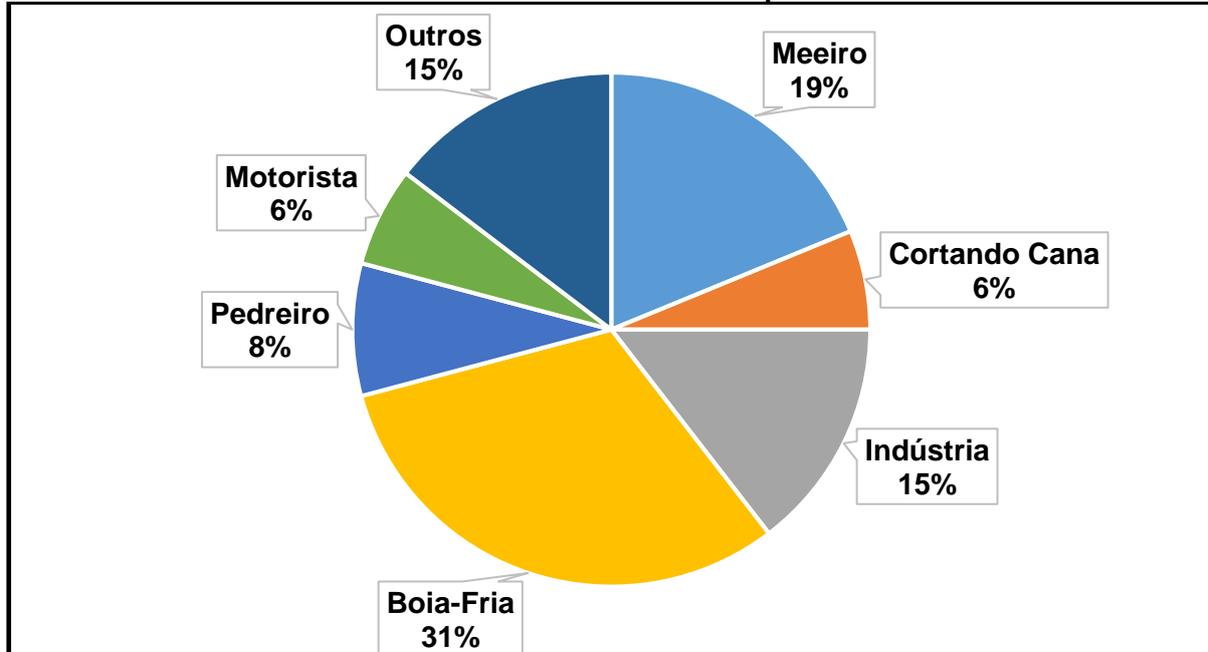
Em meio a tanto sofrimento, preconceito e descaso, os trabalhadores compartilham de uma utopia, sendo o acampamento, espaço de luta e resistência, o caminho para melhorar suas condições de vida. Eles compartilhavam o desejo da terra, lutavam com um propósito, expresso na fala de Dona S.: “*O objetivo da gente é a terra para produzir*”. Esse mesmo sonho aparece também na fala a seguir.

Pra adquirir um pedaço de terra, pra pode trabalha pra sobrevive, pra ter uma sobrevivência melhor. Graças a Deus hoje tamo aqui, trabalho aqui. Já estamos assentado a mais de 6 anos, graças a Deus não tenho o que queixar, é coisa que mais gosto. Eu principalmente estou satisfeito. (C., Assentado, fev. 2014).

Percebe-se, assim, que o Acampamento Nova Esperança foi constituído por famílias com distintas trajetórias e experiências de vida, sendo formado por trabalhadores do campo e da cidade que exerciam diferentes atividades, eram meeiros, boias-frias, arrendatários, trabalhadores da agroindústria canavieira, cortadores de cana, pedreiros, entre outros. No

entanto, duas atividades (Gráfico 1) são predominante entre os trabalhadores que formaram o Acampamento Nova Esperança, são elas: meeiros e boias-frias (incluindo cortadores de cana) que, juntos, correspondem a 56% do total. A atividade “outros” (15%) corresponde a professor, balconista na cidade, técnico agrícola e motorista. Nesse sentido, o Gráfico 1 ilustra as principais atividades encontradas no trabalho de campo.

Gráfico 1 – Atividade exercida antes do acampamento/assentamento



Fonte: Trabalho de campo, 2014 e 2015. Org. pelo autor.

Muitos assentados, ao longo de sua trajetória de vida, experimentaram várias atividades antes do acesso à terra (lote no assentamento). Esse processo é evidente na fala a seguir, mostrando-nos, sobretudo, que a luta pela terra tem levado à (re)criação do campesinato. O Senhor E. era pecuarista, foi professor, comerciante, trabalhou em ferro velho e, por meio da luta pela terra, transformou-se em camponês. Tal transformação pode ser analisada na sequência.

Aqui na Primeira Aliança, eu era pecuarista [risos], tinha fazenda, depois da fazenda, fui pra cidade, onde lecionei 10 anos, depois trabalhei no comércio de tapeçaria em Mirandópolis (SP). Depois fomos para Valparaíso (SP). Em Valparaíso nós trabalhamos no ramo de ferro velho. Depois nós viemos para o acampamento, pra ganhar terra⁸. (E., Assentado, jan. de 2014).

⁸ A terra é um direito conquistado pelos anos de luta e resistência dos Sem Terra, que denunciam os latifúndios que não cumprem sua função social. Dessa forma, os Sem-terra não ganham a terra, eles lutam, resistem e pressionam o Estado a cumprir Lei prevista na Constituição Federal de 1988: Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

Em relação aos meeiros e aos boias-frias, grande parcela desses trabalhadores residia nos bairros da Primeira e Terceira Aliança e trabalhava nas colônias japonesas. Esse foi o caso no Senhor J., trabalhador nas terras do “japonês”.

Eu era da Terceira Aliança, trabalhava para o japonês, por dia. Eu trabalhava por dia, ganhava R\$12,00 por dia, pra 5 boca. Lá era mexendo com frutas pro japonês, catando manga, carambola, abiu, de baixo de chuva tem que ir, feriado e domingo. Nós dependia do japonês. Todo dia a marmitinha de baixo de chuva, ganhava R\$12,00, cinco boca. Aí eu vim junto com os meninos, não foi só eu, também vieram um bucado da Terceira Aliança. Entrei nisso aí, fiz um barraquinho na beira do barranco. Aí fomo lutando. Lutemos e hoje tá aí, Graças a Deus. (J. Assentado, 22 de janeiro de 2014).

É evidente que vários são os motivos que levam os trabalhadores à decisão de lutar pela terra; no entanto, transparece, nas falas, a insatisfação em “*trabalhar pros outros*”, em “*trabalhar de escravo*”, em ser empregado. Nesse sentido, o acampamento é o caminho para a mudança social, trabalhando em sua própria terra.

O Acampamento Nova Esperança foi montado à beira da estrada, em frente à fazenda Primavera, organizado pelos militantes do MST/Andradina. Com a criação da Medida Provisória – MP - nº 2.109-50, de 27 de março de 2001⁹, os acampamentos deixaram de ser montados dentro da fazenda reivindicada, passando a ser montados na beira da estrada, geralmente em frente à fazenda pleiteada. Desse modo, os trabalhadores ficaram três anos acampados, de abril de 2003 a abril de 2006, ano da desapropriação da fazenda Primavera, pelo INCRA. A partir desse momento, os trabalhadores entraram na fazenda e permaneceram por mais de 1 ano acampados na sede, quando, em julho de 2007, o INCRA fez a divisão da fazenda em 105 lotes. Nesse período, denominado de pré-assentamento, os barracos, construídos no barranco, foram reconstruídos na sede da fazenda.

Pressionando o INCRA: Ocupação Arranca Cana

Nos três anos de acampamento, os trabalhadores participaram de várias manifestações, ocupando fazendas, sede do INCRA, prédios públicos, entre outros, visando pressionar o INCRA a acelerar o processo de desapropriação. Vale destacar uma ocupação que mobilizou os acampados e militantes do MST/Andradina (SP) e que se tornou um marco. Com base nos relatos dos assentados sobre esse momento histórico, nomeamos a mobilização de “Ocupação Arranca Cana”. Para compreender esse fato histórico na luta pela fazenda Primavera, nada melhor do que a fala dos próprios sujeitos.

⁹ A MP, criada sob o governo FHC, suspende por dois anos a desapropriação de áreas ocupadas pela primeira vez e por quatro anos as ocupadas por duas ou mais vezes. Essa MP tinha como objetivo conter a luta pela terra via ocupação/acampamento, desmobilizando assim os movimentos sociais, principalmente o MST.

Uma vez na Jornada de Abril, nós fizemos uma atividade de arrancar as mudas de cana, foi muito bonito isso ai. De manhã ainda estava escuro, que nós fomos pra lá com todo mundo. Nós tínhamos avisado a imprensa para registrar o ato. E ai nós fomos em cima dessas áreas, porque os fazendeiros tentaram fazer maquiagem na fazenda. A fazenda era improdutiva, eles tentaram transformar a fazenda para dizer que era produtiva. Então nós arrancamos as mudas. Foi um ato muito legal, o pessoal gostou, animou todo o pessoal. Uma atividade que ficou na história. Fomos com a enxada na cana, jogamos pra fora, depois veio a reintegração, tivemos que recuar de novo, mais serviu como pressão. (R., Militante, mar. 2014).

A “Ocupação Arranca Cana”, realizada no dia 8 de abril de 2004, teve repercussão em todo o Brasil¹⁰. Os próprios coordenadores convocaram a imprensa com o objetivo de chamar a atenção de todos sobre a questão da improdutividade dos latifúndios. Esse ato histórico foi registrado pelos próprios trabalhadores, como ilustra a Figura 3.

Figura 3 – Ocupação Arranca Cana na fazenda Primavera em Mirandópolis (SP)



Fonte: SILVA, S. R. 2004. – Assentado

Também era objetivo da ocupação pressionar e acelerar o processo de desapropriação da fazenda Primavera, e outras fazendas consideradas improdutivas, na Mesorregião de Araçatuba. As terras já estavam analisadas, o Título da Dívida Agrária (TDA) já havia sido depositado. No entanto, o fazendeiro, para desmobilizar os acampados, arrendou a terra para a usina Mundial Açúcar e Álcool, de Mirandópolis, com o objetivo de “fazer

¹⁰ Notícias sobre a Ocupação Arranca Cana: **Sem Terra destrói canavial durante invasão em São Paulo**. Link <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,sem-terra-destroem-canavial-durante-invasao-em-sp,20040408p35375>>. Acessado no dia 02/04/2017.

maquiagem na fazenda”, ou seja, encobrir sua improdutividade. Para isso, foram plantados, aproximadamente, 150 hectares de cana-de-açúcar, mesmo a fazenda estando declarada improdutiva, com acampamento as suas margens. Diante dessa situação e pressionados, os acampados ocuparam a fazenda e arrancaram a cana plantada e, no lugar do canavial, semearam sete alqueires de feijão e milho. Logo após a ocupação, foi dada a reintegração, e os trabalhadores foram expulsos pela polícia, retornando ao acampamento. “*A polícia vinha, tirava, um dia o pessoal ficou revoltado, tinha muita cana plantada aqui. O pessoal todo entrou pra dentro da cana com a enxada, com o enxadão. Aí a federal veio para tirar a gente.*” [...] (J. Ap. (assentado), 23 janeiro de 2014).

Indignados com a situação e principalmente com o descaso do poder público e judiciário, os trabalhadores organizaram outra ocupação, na fazenda, 9 dias depois, tendo, essa ação, novamente repercussão nacional¹¹, porém foi marginalizada pela mídia. Nesse sentido, o relato a seguir nos revela o sofrimento e a pressão causada pela usina. A pressão devido à farsa montada na tentativa de encobrir a improdutividade da fazenda, e o sofrimento, resultado do trabalho das máquinas da usina que procuram estar sempre próximo aos barracos, fazendo barulho e muita poeira no acampamento.

Nesse Abril Vermelho, dia 17 de abril [2004], nós entro aqui, por que a usina para fazer pressão em cima de nós, encheu isso aqui de cana. Eles pararam na Semana Santa e nós entramos arrancando a cana. Arrancamos tudo, fizemos a maior baderna aqui dentro. Aí deu a maior polêmica, foi notícia até no Japão. Na época da usina a gente sofreu, por que a gente tinha criança no acampamento. Eles só trabalhavam perto dos barracos à noite. As crianças iam para no hospital. (R., Assentado, 20 de janeiro de 2014).

Para Fernandes (1999), esses atos de ocupações do latifúndio, organizados e realizados pelas famílias acampadas, demonstram a intenção dessas famílias em enfrentar condições precárias à beira da estrada, em barracos, mas “demonstram que também estão determinadas a mudar os rumos de suas vidas, para a conquista da terra, na construção do *território camponês*” (FERNANDES, 1999, p. 23).

É importante esclarecer que 22 famílias, 40 pessoas, permaneciam diariamente no acampamento e o restante ficava no final de semana porque a maioria trabalhava de boias-frias nas colônias japonesas, na Primeira e Terceira Aliança, e alguns trabalhavam também no corte da cana. A renda obtida nesse trabalho é destinada, também, à poupança, para não entrar sem nada na terra.

¹¹ Notícias sobre a Ocupação Arranca Cana: MST invade pela 2ª vez fazenda no interior de SP. Link < <http://www.dgabc.com.br/Noticia/316633/mst-invade-pela-2-vez-fazenda-no-interior-de-sp?referencia=navegacao-lateral-detalle-noticia>>. Acessado no dia 02/04/2017.

Considerações finais

A história de luta pela terra, em Mirandópolis (SP) e região, nos revela a possibilidade da criação e da recriação da classe camponesa; logo, a territorialização camponesa tem, na luta pela reforma agrária, sua possibilidade de efetivação. Portanto, ocupar e acampar é, para muitos, o caminho e a possibilidade de acesso à terra. Em meio a tantos obstáculos, na beira da estrada, os trabalhadores compartilhavam de uma utopia, onde o acampamento, espaço de luta e resistência, é o caminho para a mudança social, trabalhando em sua própria terra.

Diante de todo(a)s os relatos e experiências, entendemos que essas trajetórias são histórias de exploração, expropriação e exclusão, histórias de idas e vindas, ocorridas nos meandros do desenvolvimento do capital. As trajetórias desses trabalhadores são também de histórias de luta, resistência e conquista, histórias construídas coletiva e individualmente, guiadas pela utopia, pelo desejo da terra para produzir e morar, e reconstruir-se socialmente.

A história desses homens e dessas mulheres foi também alicerçada pelo sonho da liberdade e da autonomia. Portanto, é nesse contexto que se inscreve a história dos trabalhadores Sem Terra. Lutando por terra, para transformar o território do latifúndio em território da vida, em território camponês.

É preciso lembrar, que a luta do campesinato não cessa com o acesso à terra, pelo contrário, com o domínio de uma fração do território, outros embates emergem. Ou seja, os camponeses enfrentarão novas lutas, agora para permanecer na terra e continuar a reproduzir seu modo de vida.

Referências

ALMEIDA, R. A. O conceito de classe camponesa em questão. In: **Revista Terra Livre**, São Paulo, ano 19, v. 2, n.21, p. 73-87, jul./dez. 2003.

_____. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

BORGES, M. C. As fontes orais e a terra: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema. In: **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Três Lagoas**. Três Lagoas, v.1 - n.º 1 - ano 1, novembro 2004.

FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra - MST (1979-1999)**. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1999.

_____. Acampamento. In: (Org). CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

OLIVEIRA, A. U. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana. F. A. **Novos Caminhos da Geografia**. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.

PAULINO, E. T.; ALMEIDA, Rosemeire A. de. A natureza da economia camponesa: divergências e convergências. In: **Terra e Território: A questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ROSA, M. C. Ocupações de terras. In: (Org). CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SCHREINER, D. F. Memórias da luta pela terra: De sem-terra migrantes às ocupações coletivas. In: **Espaço Plural**. Ano X. Nº 20. 1º Semestre 2009, p. 94-102.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MENEZES, Marilda Aparecida. **Migrações Rurais no Brasil: velhas e novas questões**. NEAD, 2006. Disponível em: www.nead.org.br.

WOORTMAN, K. Migração, família e campesinato (1990). In: (org) Clifford Andrew Welch... [et al.]. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, v. 1, 2009, p.217-238.

Recebido para publicação em 07 de abril de 2017.

Devolvido para a revisão em 11 de setembro de 2017.

Aceito para a publicação em 08 de outubro de 2017.